

**PARA ALÉM DE MINAS E CURRAIS (E DE MINAS GERAIS):
ENSAIO DE CARACTERIZAÇÃO DA DIVISÃO REGIONAL MINEIRA;
SÉCULOS XVIII E XIX**

Angelo Alves Carrara¹

O tema da divisão regional em Minas tem ocupado com relativa frequência as atenções dos pesquisadores. O motivo é simples, nas palavras de Guimarães Rosa: “Minas é muitas”. De fato, com mais de 580 mil km², Minas é mais que uma França. Diferentes mapas da divisão regional podem ser desenhados de acordo com distintos critérios adotados. Uma cartografia das diferentes regiões econômicas da província, por exemplo, pode ser obtida a partir da sistematização dos dados dos viajantes estrangeiros; outra, com base nos dados demográficos disponíveis para a primeira metade do século XIX. Sem dúvida, há outras possibilidades. De qualquer modo, há de se concordar com Alexandre Mendes Cunha:

“pensar uma regionalização é necessariamente arbitrar sobre o que se deseja entender, ou seja, é dar mais destaque a algumas características em detrimento de outras, combinando recortes espaciais de aspectos econômicos, populacionais, e também do relevo, clima, hidrografia, etc.”

Há, outrossim, de se levar em conta, como este mesmo Autor lembra, as advertências de Ilmar Mattos quanto à fragilidade do emprego estrito de critérios de demarcação administrativos ou demográficos: o espaço histórico

*“já não se distingue tanto por suas características naturais, e sim por se um **espaço socialmente construído**, da mesma forma que, se ela possui uma localização temporal, este tempo não se distingue por sua localização meramente cronológica, e sim como um determinado tempo histórico ... Deste modo, a delimitação espaço-temporal de um região existe enquanto materialização de limites dados a partir das relações que se estabelecem entre os agentes, isto é, a partir de relações sociais.”*

¹ Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF

Esta advertência é tomada, aqui, como a perspectiva que orienta a presente discussão.

Toda a divisão regional atual de Minas Gerais descende de uma demarcação espacial ancestral, sedimentada ou modificada ao longo de três séculos: a que estabeleceu a jurisdição das três primeiras comarcas da capitania em 1711: Vila Rica, Sabará e Rio das Mortes. À primeira vista, poderá soar artificial esta divisão jurídica. Mas para os que assistiram à sua implantação, havia nela muito de materialidade histórica. O Rio das Mortes começava nas Congonhas, a mais opulenta freguesia agrícola da capitania nos meados do Setecentos. A comarca de Vila Rica estava limitada a oeste e a noroeste por um contraforte oriental do Espinhaço, nomeado em definitivo só na década de 1730 – a serra da Moeda, e ao sul pela serra do Ouro Branco. Já Sabará se esparramava pelo vale do rio das Velhas, a partir quase exatamente do ponto em que seu curso se tornava navegável; naquele ano de 1711, correspondia ao limite sul dos currais.

No interior das comarcas, o território dos termos guardou também muito de verdade histórica. O vasto termo de Mariana compreendia personalidades geográficas várias: *vales sombrios rodeados por altas montanhas* tendo o Itacolomi como *soberano da cordilheira* – nas palavras de Oliveira Torres e Diogo de Vasconcelos – cobertos ora por mantos herbáceos e carrasquinhos, ora por densa vegetação nos valos naturais mais úmidos, mares de morros do vale do Piranga, e grotões cobertos por espessa mata Atlântica das bacias dos rios Pomba ou Doce pelos quais o município se alargava.

Antes mesmo de que seus ouros fossem dados à luz, um caráter marcante da sua personalidade histórica era revelado: sua vocação para o leste. Já em 1692 a expedição comandada por Antônio Rodrigues Arzão foi ter no Espírito Santo. O situar-se nos contrafortes orientais do Espinhaço traçou a vocação marianense para o leste, e fadou a atenção de seu olhar para o nascente. Os marianenses ao longo do século XVIII seguiram a direção de seus rios: para além do ribeirão do Carmo, o Piranga e o Pomba, rio pelo qual, nos princípios do século XIX, Mariana comunicava-se regularmente com a vila de Campos, na capitania do Rio de Janeiro. Por isto, diferentemente do que ocorreria com a Vila Rica do Ouro Preto, enclausurada entre as serras da Moeda e os contrafortes ocidentais do Espinhaço, desde o princípio as personalidades geográfica

e históricas do que viria a ser o termo de Mariana constituíram-se heterogêneas e complexas. Da identidade do vasto termo participavam traços de duas personalidades históricas distintas, mas não antagônicas: uma, mineradora, matriz e zelosa de suas tradições; outra, lavradia de fronteira, e por isso mesmo, sempre jovem.

Outra coisa muito diferente foi a esdrúxula divisão das comarcas no século XIX, forjada com base nos vales dos rios, cujo artificialismo ajudou mesmo a confundir alguns traços daquela divisão ancestral.

MINAS E CURRAIS

Quando, no dia 16 de julho de 1696, foi descoberto ouro afinal no ribeirão que até hoje guarda o nome da santa do dia, a capitania de Minas Gerais já possuía identidades diferentes. Não cuido aqui, claro está, dos domínios geográficos diversos que a compunham, mas das duas personalidades históricas primordiais que desde o seu nascimento os contemporâneos nomearam minas e currais, e que começaram a ser gestadas simultaneamente em 1674: uma, pela bandeira de Fernão Dias; outra, pelo avanço do gado que subia o São Francisco. Para manter uma imagem, o São Francisco representou para a identidade curraleira o que a serra do Espinhaço significou para o caráter minerador. Joaquim Felício dos Santos, escrevendo em 1862, identificava o mineiro como “alegre, pródigo, descuidado, indiscreto, só vê o presente; o agricultor é severo, econômico, amante da riqueza, desconfiado, circunspecto e inimigo dos prazeres ruidosos”. E comparava as povoações agrícolas de Gouveia, Curimataí, Rio Manso, Penha, Rio Preto e Araçuaí com o Mendanha, o Curralinho, São João da Chapada e Datas, povoações mineiras. A razão para a mudança do “aspecto das povoações e o gênio dos habitantes”, separados às vezes por distância de menos de uma légua, segundo o Autor, estava na diferença da atividade econômica: “a vida do agricultor é tranqüila, pacífica, serena; ele só se inquieta com as irregularidades das estações”; a vida do mineiro, por seu turno, seria “cheia de azares, de vicissitudes”.

É de fato notável que a escolha da nova capital tenha recaído sobre o antigo Curral del Rei, no chão lindeiro das duas paisagens: Belo

Horizonte tem diante de si tanto os carrascos do cerrado quanto as penhas e socavões nos quais o ouro brotou em quantidade. Naquele ano de 674, enquanto os paulistas saíam a buscar “as covas das esmeraldas no mesmo morro daonde as levou Marcos de Azeredo” – nas palavras do próprio Fernão Dias, dois episódios fizeram soar o alarme ao mestre de campo Antônio Guedes de Brito quanto à necessidade de cuidar das terras nos sertões sanfranciscanos de Minas das quais possuía o domínio por sesmaria mui celebrada.

O primeiro alerta foi dado por Domingos Afonso Sertão, que obteve sesmaria nas margens do rio das Velhas, que decerto em nenhum efeito prático resultou, mas demonstrava os riscos em não se cuidar da ocupação efetiva do solo.

O segundo, pelo senhor da Casa da Torre, Francisco Dias d’Ávila, que então conduzia sua guerra particular contra os anaios do rio Salitre. Como consequência, Guedes de Brito ofereceu ao mestre de campo Matias Cardoso de Almeida, companheiro de jornada de Fernão Dias, a chefia do exército – também particular – para desinfestar suas terras do gentio bárbaro, como naquelas eras se dizia.

Vencida a guerra, o prêmio de Cardoso de Almeida foi a propriedade na qual já em 1681 levantou-se o arraial que levou seu nome, e da qual dez anos mais tarde pediu confirmação em carta de sesmaria pelo governo-geral na Bahia.

As esmeraldas não se confirmaram. Em seu lugar, porém, o ouro provocou impacto muito maior do que os que se podiam então imaginar. Os currais de gado, que se fincaram de início com o olhar voltado para o Recôncavo baiano, espalharam-se com rapidez tamanha que ainda nos fins do século XVII boiadas podiam ser enviadas às minas com centenas de reses.

Assim, em seu nascedouro, Minas assistiu ao enraizamento dessas duas índoles, que passaram a estabelecer uma relação indissolúvel entre si – os currais não seriam tantos nem tão espalhados, sem as minas, que, por sua vez, dependiam de tal maneira daqueles que em 20 de fevereiro de 1719 o Conde de Assumar acusava a suposta intenção de alguns curraleiros porem *as minas em sítio de carnes*.

Mas cada uma das minas – que eram muitas – desde sua origem exerceu forte demanda por gêneros que outras áreas, próximas ou distantes, fossem capazes de atender. Assim, daquela identidade primordial, cujo núcleo constituía o triângulo cujos vértices correspondiam às três primeiras vilas coloniais – Ribeirão do Carmo, Vila Rica e Sabará – começaram a brotar, frutificar e amadurecer outras Minas. Algumas chegaram mesmo a transmutar o caráter original: Pitangui, por exemplo, de arraial minerador da primeira hora, já havia se transformado no mais importante centro produtor de gado em meados do século XVIII. Ou, então, Minas Novas, cujas catas descobertas em 1728 minguaram cedo, viu a mineração perder fôlego nos anos seguintes e já nos fins do século XVIII concentrava a maior parte da produção de algodão da capitania.

Como as minas, os currais também viram constituir-se outros mais. Já na passagem do século XVII para o XVIII, a velha estrada sertaneja que margeava o São Francisco começou a sofrer concorrência da que mais tarde receberia o nome de estrada geral da Bahia, e que não fica muito distante da rota que hoje coincide com a BR 135 até Montes Claros. Isto porque os vales dos rios, Verde e das Velhas, se viram com o tempo coalhados de currais, mais próximos das vilas e centros consumidores incrustados nos contrafortes do Espinhaço.

Minas e currais são decerto categorias evidentes da divisão regional colonial mineira na infância da capitania. Com o tempo, contudo, tornaram-se absolutamente insuficientes no momento de se caracterizar as diferentes regiões da capitania a partir do segundo quartel do século XVIII. Aqui a lição de Ilmar Mattos deve ser lembrada: mudou-se o contorno regional, porque se alterou o espaço socialmente construído, com a chegada de novos atores em outros lugares. Certo, mas isto não elimina a questão: que critérios assegurariam uma divisão do território que expresse mais adequadamente as personalidades históricas regionais? Sem dúvida, os critérios apresentados nos trabalhos acima são úteis. Mas em que medidas preenchem o requisito metodológico dos “limites dados a partir das relações que se estabelecem entre os agentes, isto é, a partir de relações sociais”?

CRITÉRIOS DE RECORTE REGIONAL

A historiografia tradicional até muito recentemente acostumou-se a tratar uma região em particular como homogênea: a zona da Mata. No entanto, em estudo sobre ela, que sem dúvida apresentava – e ainda apresenta – uma personalidade geográfica comum que lhe justificava o nome de batismo, adotei um critério que me soou conveniente – imprescindível, até, no estabelecimento das distinções econômicas e mesmo políticas nessa região – a estrutura fundiária. Ora, em sociedades em que a agricultura e a pecuária assumem o papel de atividade econômica mais importante, a terra é o recurso principal. Logo, é em critérios a ela referidos que julguei se deveria buscar a chave da divisão.

À estrutura fundiária associavam-se outros índices: o da densidade demográfica e, até o 13 de maio de 1888, o da estrutura da propriedade escrava. Procurei mostrar que não havia uma, mas três zonas da Mata. Ao longo do século XIX consolidou-se em cada sub-região da Mata um padrão distinto de distribuição da propriedade fundiária e de participação da população escrava em relação à população total de cada um dos municípios da região. Quando o recenseamento de 1872 foi feito, apurou-se que a Mata – cuja área correspondia a cerca de 5% do território da Província – detinha 16,57% da população total e 24,39% da população escrava de Minas Gerais. Por essa época, as diferenças intra-regionais quanto à porcentagem de população escrava já se haviam consolidado à quase totalidade. As cifras diferentes permitiam estabelecer uma cartografia da difusão dos modos de produção: quanto mais distante da área da monocultura cafeeira, menor era a participação dos escravos nas lavouras.

Igualmente as taxas da densidade demográfica são-nos instrutivas. As mais baixas taxas de participação de escravos na população total de cada paróquia correspondiam obviamente às regiões de fronteira. Mas não se pode perder de vista que havia paróquias com densidades muito baixas em relação à média do município da qual fazia parte. Assim, em Olaria, a densidade caía para 8,7 hab/km², quando a do município de Rio Preto ela era de 15,22 hab/km², quase o dobro.

Outros exemplos poderiam ser buscados para outros municípios das demais sub-regiões. Os 16,83 hab/km² válidos para todo o município de Ubá ocultam densidades mais baixas (Paula Cândido, com

12,35 hab/km²), e muito mais altas (Guidoval, com 34,96 e São Miguel do Anta 29,28). Os 15,30 hab/km² médios de Leopoldina escondiam igualmente a taxa baixíssima de Cataguases (6,02 hab/km²), e as taxas um pouco mais altas de Laranjal (18,92%), Argirita (20,92 hab/km²) e Pirapetinga (21,16 hab/km²). Os 17,69 hab/km² médios do município de Rio Novo eram na realidade uma média entre as taxas da sede (24,18 hab/km²) e dos distritos de Piau (24,36 hab/km²) e de São João Nepomuceno (13,26 hab/km²).

Do mesmo modo que o distrito de Santo Antônio do Aventureiro possuía uma densidade demográfica de mais de duas vezes (31,97 hab/km²) a média de todo o município de Mar de Espanha.

Quanto à zona da Mata norte, a densidade demográfica apresentada no quadro não inclui a área correspondente ao município de Manhuaçu, emancipado apenas em 1876. Se isso fosse feito, a taxa desceria para os 6,83 hab/km².

Além disso, como esses padrões distintos da produção agrária permaneceram inalterados até os anos finais do escravismo, a demanda por mão-de-obra escrava manteve-se elevada ao sul, enquanto decrescia no centro.

Entre 1872 e 1883, a população escrava aumentara em Juiz de Fora (+7.440), Leopoldina (+748), Cataguases (+4.245), Mar de Espanha (+2.525), Rio Novo (+379), Muriaé (+837). E decrescera em Rio Pomba (-636), Rio Preto (-193), Ponte Nova (-300), Viçosa (-2.857), Ubá e Visconde do Rio Branco (-1.129). Essas flutuações eram antes as que se verificavam no vale do Paraíba fluminense e paulista. Movimento menos acentuado nas áreas de ocupação inicial — e, portanto, de terras mais cansadas, como Paraíba do Sul (+436) e Pirai (+506) — e mais sentido nas áreas ainda virgens como Cantagalo (+8.251), Sapucaia (+8.145), São Fidélis (+5.325) e Madalena (+5.122).

Este fato, por si só, é útil para caracterizar as atitudes dos proprietários rurais do sul da Mata, que permaneceram escravistas até a última hora, ao passo que os donos de terra da região central procuraram desfazer-se do prejuízo potencial que significavam os plantéis extensos e às vezes ociosos.

Advirto que não caberia agregar a essa equação a variável do espaço econômico. De fato o ouro determinou a organização de um conjunto de espaços econômicos regionais.

No entanto, em si eles não podem ser tomados como correspondentes a uma região em particular. Antes, o espaço econômico equivale ao âmbito da circulação de mercadorias, à extensão dos circuitos mercantis. É exatamente este seu conteúdo: a rede de circulação de mercadorias, o conjunto de lugares comercialmente articulados através de rotas determinadas. Se o mercado é um conjunto de relações mercantis, o espaço econômico é sua expressão geográfica.

Saliente-se de início, uma obviedade: os espaços econômicos, por possuírem personalidade própria, recusam-se a corresponder a divisões políticas, administrativas, eclesiásticas ou fiscais.

Portanto, é com base no âmbito da circulação que devem ser nomeados. Os espaços econômicos têm uma duração determinada direta e imediatamente pela vigência dos seus circuitos mercantis, isto é, pelo tempo de duração da atração exercida pelas áreas consumidoras sobre as áreas abastecedoras.

Assim, por exemplo, a demanda da população do Distrito Diamantino e dos arraiais mineradores mais próximos ao Serro ao longo de todo o período colonial solidificou vínculos com sertões serra abaixo na direção do Curvelo e até mesmo a barra do rio das Velhas.

Com o tempo, regiões, a leste, também foram se incorporando, como o Rio Vermelho, os Guanhães e mais tardiamente, o Peçanha. Mas não será difícil perceber diferenças consideráveis entre estas regiões articuladas em torno do núcleo minerador.

Mas todos estes indicadores econômicos e demográficos só me foram úteis na medida em que o que buscava era entender a diferença de atitudes e posições dos políticos da região ao longo do século XIX. Mais: esta divisão regional ancorada nestes critérios coincidia com outros fatores, com as alianças matrimoniais intra- e estra-regionais.

Em síntese: a subdivisão que propunha aproximava-se de um espaço socialmente construído.

Todavia, a equação adotada no recorte sub-regional da Mata não parece ainda corresponder de fato ao requisito mais consistente.

Dada a limitação geográfica de sua aplicação, as conclusões a que cheguei poderiam corresponder apenas a uma coincidência. Em verdade, estes instrumentos de recorte do território mineiro parecem padecer de uma visível deficiência. Estrutura fundiária ou da propriedade escrava até 1888, densidade demográfica e atividades econômicas predominantes são apenas o corpo de uma região.

Tome-se, por exemplo o norte de Minas e o Triângulo Mineiro, que reconhecemos possuir identidades distintas, mas que apresentam caracteres em grande medida semelhantes. Ao menos um parentesco muito próximo. E a despeito desse parentesco “material”, quando se trata de estabelecer um recorte regional, ele não é minimamente reconhecido por seus habitantes. Isto porque são outros os elementos tomados como mais significativos para se definir a pertença a uma região.

Em História, uma região é bem mais do que o solo: é antes de tudo a história que sobre ele se desenrolou, o que requer considerar que sejam também consideradas no jogo outras variáveis: o vocabulário, o sotaque, a culinária, as festas, os santos de devoção, a música. Numa palavra, tudo o que hoje considerariamos a herança imaterial de uma dada sociedade.

É por isto que o Triângulo Mineiro e o Norte de Minas, apesar de apresentarem um “corpo” parecido – participam da mesma província vegetacional, têm relevo homogêneo, estruturas agrárias sem grandes diferenças, não apresentam parentesco cultural próximo. Suas identidades culturais, isto é, históricas, correspondem a histórias diferentes.

E mesmo o que denominamos hoje o norte de Minas não cabe numa generalização. Diferença havia no Setecentos entre a margem esquerda e direita do São Francisco. O vale do rio Verde é sertão antigo, primeiro. Já o lado compreendido entre o Carinhonha e o Urucuia, sertão uma geração mais nova, plasmada a partir da descoberta das minas goianas, em 1724.

Proponho, então, que o critério central a ser adotado no estabelecimento das regiões de Minas nos séculos XVIII e XIX, seja aquele que, acredito, um corpo – variáveis econômicas – e alma – a “herança imaterial”, se quiser, e que se resume em algo tradicional na História Agrária: o processo histórico de ocupação e de uso do solo.

Além, disto, proponho que a divisão regional ultrapasse as fronteiras de Minas: a identidade do noroeste de Minas só poderá ser plenamente apreendida se incorporarmos o oeste da Bahia, as minas de Goiás e do Tocantins e o sul do Piauí.

Do mesmo modo, a personalidade histórica da zona da Mata sul de Minas só poderá ser plenamente compreendida se abarcada boa parte do vale do Paraíba fluminense e paulista. Além disto, a maior parte do norte de Minas até 1819 não constituía um distrito da Casa da Ponte, vizinho do outro, no sul da Bahia?

Quanto ao primeiro critério, destaque-se um fato pouco objetável: um processo de ocupação e uso do solo é feito por grupos de pessoas que, portadoras de uma herança imaterial – comum ou não, terão de inevitavelmente estabelecer relações entre si. É a partir delas que será construída a identidade regional. Este critério por si só seria suficiente para distinguir três sub-regiões na zona da Mata. Aplicado a outras áreas de Minas, produzirá os mesmos resultados.

Não se há de estranhar o fato de que muitas das regiões que consolidaram seus caracteres ao longo do século XVIII e responderam de acordo com eles às demandas dos novos pólos dinâmicos surgidos no Oitocentos, continuaram a guardar em grande medida vestígios setecentistas. As estruturas agrárias oitocentistas da zona da Mata ainda exerciam uma ação poderosa sobre a região ainda na década de 1950.

No que corresponderia à zona da Mata norte, a área média de propriedade era inferior a 60 hectares, 40% da sua área produtiva era dedicada à agricultura e neles era ainda muito importante a exploração de madeiras para lenha e carvão para a indústria siderúrgica. Cerca de 60% de seus territórios eram ocupados por propriedades rurais e 30% por de matas virgens.

Na divisa com o Espírito Santo, o território assumia a feição de uma autêntica zona de fronteira, onde apenas metade da área era

ocupada por sítios e fazendas. Na zona da Mata central, a área média de propriedade era menor que 60 hectares. Os municípios que dela participavam (Ervália, Guiricema, Visconde do Rio Branco, Senador Firmino, Ubá, a parte setentrional de Rio Pomba, Mercês, Rio Espera, Viçosa e Teixeiras), tinham mais de 40% da superfície aproveitável ocupados por lavouras, com média de 34 habitantes por km², a mais alta de toda a região. Nesta sub-região a área média de propriedade era geralmente inferior a 35 hectares.

Por fim, na zona da Mata sul — vales do Paraíba e dos seus afluentes Preto, Paraíba e Pomba — as propriedades eram menos divididas. A área média era superior a 79 hectares, e possuía em média menos de 34 habitantes por km². Desta sub-região participavam os municípios de Recreio, Leopoldina, Volta Grande, Além Paraíba, Mar de Espanha, São João Nepomuceno, Rio Novo, Bicas, Matias Barbosa, Juiz de Fora, Santos Dumont. Mais de dois terços desses municípios eram ocupados por pastagens.

O mesmo vale para o momento em que a mineração deixou de atuar como eixo dinâmico da economia de Minas, determinando a desintegração dos espaços econômicos coloniais e a constituição de outros tantos à roda de novos pólos de atração.

De certa forma, a ruptura dos laços que articulavam minas e outras áreas responsáveis pelo seu abastecimento — curraleiras ou não, deixou à mostra as diferentes identidades — algumas, inclusive, já emancipadas e aptas a responder outros desafios, como o sul de Minas.

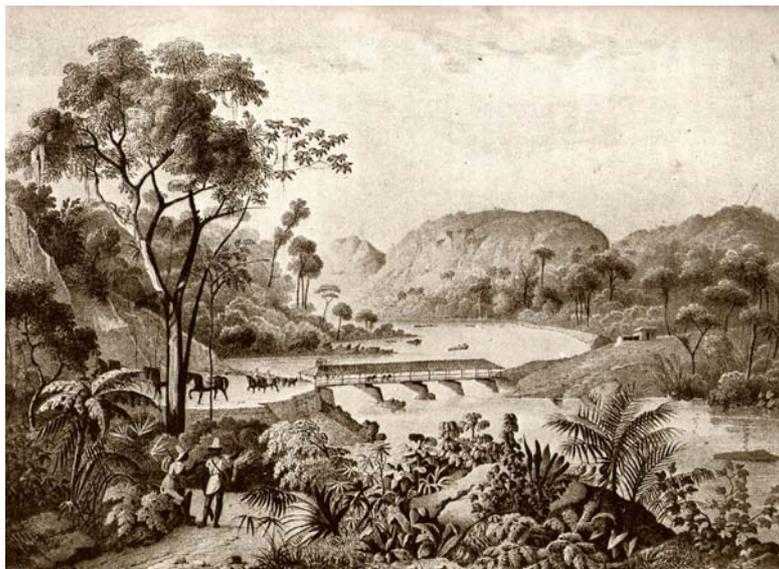
Porém, há de se fazer a advertência — óbvia, está claro, de que uma região histórica muda com o tempo. Logo, também isto deve ser levado em conta no momento em que se proponha a reconhecer as divisões regionais: estas têm um prazo de duração.

Determinar o tempo histórico de cada uma delas é a tarefa que completaria o conjunto de critérios que apresento aqui.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

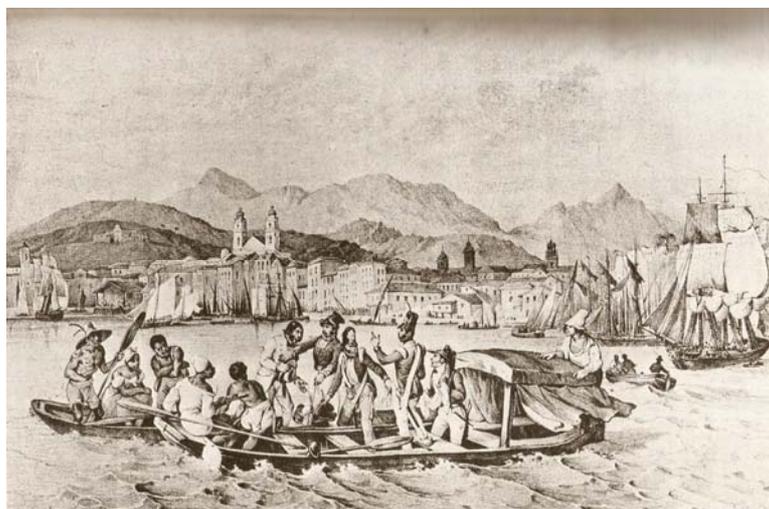
- ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO/BRASIL/RIO DE JANEIRO/DOCUMENTOS de número 2434 (do ano de 1671) a 2500 (21 de dezembro de 1700) dos Anais da Biblioteca Nacional, vol. volume 39.
- ARQUIVO PÚBLICO, SEÇÃO COLONIAL
- CARRARA, A. A. *A Zona da Mata de Minas Gerais; diversidade econômica e continuísmo (1839-1909)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1993 (dissertação de Mestrado).
- CARRARA, Angelo Alves. *Agricultura e pecuária na capitania de Minas Gerais; 1674-1807*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997 (tese de doutoramento)
- CARRARA, A. A. *Contribuição para a História Agrária de Minas Gerais*. Ouro Preto: Edufop, 1999.
- CARRARA, A. A. *Estruturas agrárias e capitalismo; contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na zona da Mata mineira (séculos XVIII e XIX)*. Ouro Preto: Edufop, 1999.
- CARRARA, A. A. Paisagens rurais de um grande sertão: a margem esquerda do médio São Francisco nos séculos XVIII e XIX. *Ciência & Trópico*, Recife, vol. 29, n. 1, jan.-jun. 2001, pp. 61-123.
- Cf. CARRARA, A. A. Paisagens rurais do termo de Mariana. In: GONÇALVES, Andréa Lisly & OLIVEIRA, Ronald Polito de. *Termo de Mariana; história e documentação*. Mariana: EDUFOP, 2004, pp. 31-37.
- CUNHA, A. M. A diferenciação dos espaços: um esboço de regionalização para o território mineiro no século XVIII e algumas considerações sobre o redesenho dos espaços econômicos na virada do século. *Seminário sobre a Economia Mineira*, X. Diamantina, 2002, p. 21.
- GODOY, M. M. *Vida econômica mineira na perspectiva de viajantes estrangeiros*, Belo Horizonte, FaFiCH/UFMG, 1990 (monografia de bacharelado em História); PAIVA, Clotilde Andrade. *População e Economia nas Minas Gerais do século XIX*, São Paulo, FFLCH/USP, 1996 (Tese de Doutorado em História).

- MATTOS, I. R. *O Tempo Saquarema: A Formação do Estado Imperial*. 4.ed., Rio de Janeiro: Access, 1999, pp.23-4. Nas palavras deste Autor: “a região não deve ser reduzida a determinados limites administrativos, como o das capitanias. Ela não deve ter também como referência apenas a distribuição de seus habitantes em um determinado território, definido como uma área ecológica, pois não é o fato de um grupo de pessoas habitar um mesmo território que determina o estabelecimento de uma rede de relações sociais e o desenvolvimento de uma consciência comum de pertencer a um mesmo mundo, embora seja certo que uma região não prescinde de uma base territorial”.
- PUNTONI, P. *A guerra dos bárbaros*. São Paulo: HUCITEC, 2002, em especial pp. 116-122.
- SANTOS, J. F. *Memórias do Distrito Diamantino*. 4. ed., Belo Horizonte: Itatiaia, 1976, p. 297.
- SOUZA, E. C. de. Distribuição das propriedades rurais no estado de Minas Gerais. *Revista Brasileira de Geografia*, jan.-mar.1951, vol. 13, n. 1, pp. 52-3.
- TORRES, J. C. de O. *O homem e a montanha*. Belo Horizonte: Livraria Cultura Brasileira, 1944. p. 26.
- VASCONCELOS, D. de. *História antiga das Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948. p. 186 [1. Ed., 1904].
- VASCONCELOS, D. de. *História Antiga de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948, p. 182 [1. ed., 1904].
- VEIGA, J. P. X. da. *Efemérides Mineiras*. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1896. v.1, pp. 19-21.



Fonte: Ilustrações de Johann Moritz Rugendas

Rio Paraibuna



Fonte: Ilustrações de Johann Moritz Rugendas

Praia dos Mineiros (no Rio de Janeiro)